



**ACÓRDÃO Nº1036/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12210/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Ana Lucia de Oliveira Almeida (Ordenador de Despesa), Rosemere Saboia Pimentel Fontgalland (Ordenador de Despesa), Gianne Andrea Andrade de Azevedo (Ordenador de Despesa) e Ana Paula Machado Andrade de Aguiar
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social - AADES
- 6- **Exercício:** 2017
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5267/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social - AADES. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Ana Paula Machado Andrade de Aguiar**, responsável pela Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, no curso do exercício 2017, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Ana Paula Machado Andrade de Aguiar**, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52, 53, parágrafo único, e 54, *caput*, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno



**ACÓRDÃO Nº1036/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

do TCE/AM), diante do fato de que, embora as contas tenham sido consideradas regulares com ressalvas, há impropriedades identificadas e consideradas não sanadas, constantes no relatório e voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Determinar** que seja recomendado à Presidente da AADES que nos próximos contratos formalizados pela instituição, atente para o prazo de publicação do ato, em obediência ao art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/1993, sob pena de falhas dessa natureza não serem mais relevadas;
- 10.4. Determinar** à AADES que alimente de forma completa o Sistema e-Contas, com todos os dados exigidos pela legislação vigente, encaminhando a esta Corte o processo de prestação de contas acompanhado de todos os documentos que devem compô-lo, nos termos da Resolução n.º 04/2016 – TCE/AM, promovendo um planejamento de compras, a fim de evitar sanções por fragmentação de despesas;
- 10.5. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que promova no próximo exercício uma análise mais acurada na área de pessoal da AADES, nos gastos com pessoal e nos contratos administrativos firmados, com o objetivo de se evitar que a autarquia sirva de mediadora na captação de mão de obra temporária e precária, em afronta ao art. 37, II, da C.F./1988;
- 10.6. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.

**11- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Outubro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1036/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral